

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 14/2020, em que é recorrente **Adelcides de Nascimento Fernandes Tavares** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 66/2023

(Autos de Amparo 14/2020, Adelcides Tavares v. STJ, Inadmissão por Intempestividade de Colocação de Peça de Aperfeiçoamento)

I. Relatório

1. O Senhor Adelcides de Nascimento Fernandes Tavares, não se conformando com os *Acórdãos n.º 71/2019 e n.º 6/2020* do Supremo Tribunal de Justiça e com alegada omissão em decidir reclamação interposta junto desse órgão, vem pedir amparo a este Tribunal, aduzindo os seguintes argumentos:

1.1. Em relação aos factos:

1.1.1. Depois de discorrer longamente sobre a impugnação da Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nomeadamente a respeito das razões que o levaram a concluir que tal deliberação seria ilegal, inconstitucional, violaria os seus direitos, e causar-lhe-ia prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação – pois, do seu ponto de vista, se se aplicasse o regulamento do concurso para a seleção de juízes assistentes, ele entraria dentro da vaga e seria nomeado juiz assistente – o recorrente insurge-se contra os *Acórdãos 71/2019 e 6/2020* do STJ e contra o que diz ter sido omissão em decidir reclamação interposta junto a esse Alto Tribunal;

1.1.2. Entende que a sua não nomeação como juiz assistente causou-lhe vários prejuízos e não lhe permitiu gozar de um conjunto de direitos e prerrogativas reservados aos juízes, tendo por essa razão ficado bastante prejudicado;

1.1.3. Vários candidatos estariam atrás dele na vaga se o CSMJ tivesse aplicado o regulamento do concurso;

1.1.4. O STJ terá demorado muito tempo para decidir o incidente de suspensão da executoriedade do ato do CSMJ;

1.1.5. Que o incidente somente foi decidido em 28 de novembro de 2019 desfavoravelmente, sem qualquer menção à reparação do direito fundamental do recorrente, conforme invocado em todos os requerimentos interpostos junto da 3ª Secção do STJ;

1.1.6. Que, depois disto, deu entrada a uma reclamação, querendo que fossem reparados os direitos violados e que fosse revogado o acórdão que decidiu o incidente de suspensão e as sucessivas deliberações produzidas pelo CSMJ;

1.1.7. Que somente passados 90 dias terá sido notificado do acórdão que decidiu a reclamação que indeferiu a sua pretensão;

1.1.8. Entende que existiriam, entretanto, fundamentos bastantes para a suspensão/anulação do ato do Presidente do CSMJ;

1.2. Em relação ao Direito:

1.2.1. Diz que tem direito de requerer amparo constitucional nos termos do artigo 20 da Constituição e que a tutela cautelar constitui um corolário do princípio da tutela jurisdicional efetiva;

1.2.2. Considera que foram flagrantemente violados pelo CSMJ o seu direito de acesso à função pública, em condições de igualdade, o princípio da igualdade, a participação na direção dos assuntos públicos, o direito ao trabalho, bem como o regulamento do concurso;

1.3. Sobre a identificação dos atos, factos ou omissões que alegadamente terão violado os seus direitos, liberdades e garantias;

1.3.1. Diz que não concordou com o *Acórdão 71/2019* que se omitiu de reparar os seus direitos fundamentais, bem como teria violado a exigência de prazo razoável para a decisão;

1.3.2. Acrescenta que este aresto “chega ao absurdo de dar tratamento diferenciado entre o recorrente e a pr[á]tica jurídica no âmbito dos direitos fundamentais que estavam em situação semelhante, usando critérios diferenciados, violando assim o princípio da igualdade, basta ver [... o] prazo razoável em que foi decidido os acórdãos os atuais juízes Conselheiros [seria assistentes??] Carlos Garcia, Luís Felipe Veiga e João de Deus Rodrigues Pereira na impugnação contra a Requerida[,] o Conselho Superior de Magistratura Judicial[,] (...)”;

1.4. Formula entendimento de que o recurso de amparo seria tempestivo e que foram esgotadas todas as vias ordinárias de recurso.

1.5. Nas suas conclusões reitera essas mesmas questões;

1.6. Termina o seu arrazoadado, pedindo ao Tribunal Constitucional que:

1.6.1. O recurso seja julgado procedente, sejam reparados os seus direitos fundamentais e, conseqüentemente, alterados os *Acórdãos 71/2019 e 6/2020* em conformidade com a Lei aplicável e a Constituição da República;

1.6.2. Reconsidere os pedidos do requerimento inicial que renova;

1.6.3. Decida sobre as inconstitucionalidades e ilegalidades suscitadas e, conseqüentemente, restabeleça os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados pelos acórdãos recorridos.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei do Amparo, foram os Autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, o qual, subscrito pelo Digníssimo Senhor Procurador-Geral Adjunto da República, ofereceu ao Tribunal argumentação no sentido de considerar que a “petição se mostra suficientemente fundamentada e não há registo que tenha sido rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual, sendo tempestivo e tendo o recorrente

legitimidade, parecem estar preenchidos os demais pressupostos para a admissibilidade do recurso de amparo constitucional apresentado”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 30 de março, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC.

3.1. Dela decorrendo a decisão de aperfeiçoamento no sentido de determinar a “notificação do recorrente para suprir as deficiências indicadas, a) Identificando de forma precisa, concisa e segmentada a(s) conduta(s) que pretende ver sindicada(s); b) Explicitando o(s) direito(s) que cada uma delas vulneraria; c) Precisando os amparos que pretende obter deste Tribunal Constitucional para reparar as alegadas violações de direitos por cada conduta que impugnar”.

3.2. Lavrada no *Acórdão 55/2023, de 12 de abril, Aperfeiçoamento por Obscuridade na Identificação das Condutas Impugnadas, dos Direitos Potencialmente Vulnerados e dos Amparos Almejados*, Rel. JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 45, 24 de abril de 2023, pp. 1107-1109, essa decisão foi notificada aos recorrentes, através do seu mandatário, no dia 17 de abril de 2023.

4. No dia 20 de abril de 2023, o recorrente protocolou uma peça de aperfeiçoamento, na qual traz ao conhecimento do Tribunal Constitucional um conjunto de argumentos e junta 4 documentos.

5. A sessão marcada para apreciar o aperfeiçoamento e a admissibilidade foi marcada para o dia 28 de abril, tendo o julgamento *in camera* ocorrido nessa data, dela decorrendo a decisão exposta e fundamentada a seguir.

II. Fundamentação

1. Conforme consta do relatório, o recurso foi objeto de uma decisão de aperfeiçoamento, determinando-se que o recorrente suprisse deficiências da petição que impediam o Tribunal Constitucional de determinar as condutas que quereria impugnar, os direitos que teriam sido vulnerados e os amparos que pretenderia obter, condições sem as quais o processo, por motivos evidentes, não poderia avançar para os seus ulteriores trâmites;

2. Antes de se prosseguir, é necessário apreciar questão prévia de se saber se a peça de f. 178 e ss pode ser admitida e consequentemente se o presente recurso de amparo pode ser conhecido.

2.1. Pela razão de que a admissibilidade das peças de aperfeiçoamento e a consequente possibilidade de a instância prosseguir estão sujeitas a um pressuposto temporal claramente fixado pelo artigo 17, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* segundo o qual “[n]a falta, insuficiência ou obscuridade dos fundamentos de facto ou de direito, será o recorrente notificado para suprir as deficiências, no prazo de dois dias”. O regime também é integrado pelo artigo 16, alínea b), que dispõe que “o recurso não será admitido quando a petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7º e 8º” e pelo número 2 da mesma disposição que reza que “[n]o caso da alínea b) do número anterior a petição só será rejeitada se a falta não for suprida no prazo a que se refere o artigo 17º”.

2.2. Ora, no caso concreto,

2.2.1. O recorrente foi notificado do *Acórdão 55/2023, de 12 de abril, Aperfeiçoamento por Obscuridade na Identificação das Condutas Impugnadas, dos Direitos Potencialmente Vulnerados e dos Amparos Almejados*, Rel. JCP Pina Delgado, que lhe concedeu oportunidade de aperfeiçoamento, no dia 17 de abril, como deflui da f. 174 dos Autos;

2.2.2. A peça de aperfeiçoamento deu entrada no dia 20 de abril.

2.2.3. O recorrente tinha dois dias para protocolar a sua peça de aperfeiçoamento sob pena de não-admissão do recurso, o que significa que a mesma poderia ter dado entrada até ao fim do dia 19 de abril às 23:59, caso submetida através do correio eletrónico. Não a enviou neste dia. Veio a fazê-lo no fim do dia seguinte depois do termo do prazo, sem apresentar qualquer razão justificativa ou impedimento justo que tenha obstado à sua submissão tempestiva e que pudesse ser atendível pelo Tribunal Constitucional.

2.2.4. Portanto, só se pode ter o aperfeiçoamento por intempestivo, desencadeando as consequências legais do artigo 16, alínea b), e artigo 16, parágrafo segundo, conducentes à inadmissão do recurso.

2.3. Neste sentido, o recurso não é admitido por não aperfeiçoamento tempestivo de obscuridade de que o mesmo padecia.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 05 de maio de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 05 de maio de 2023.

O Secretário,

João Borges